

Rádio e cinema escolares como elementos de inovação pedagógica na escola ativa capixaba (1928-1930)¹

Rosianny Campos Berto^{*}
Regina Helena Silva Simões^{**}

Resumo: Focalizam-se no artigo o rádio e o cinema escolares como elementos de inovação pedagógica e de integração cultural projetados na reforma escolanovista no Espírito Santo (1928-1930). A investigação percorre tanto a imaterialidade do uso pedagógico do rádio que, apesar de fartamente anunciado, não chegou às escolas, quanto a materialidade de experiências cinematográficas escolares, na medida em que ambas evocam inovações educacionais que de algum modo atravessaram a formação docente, o trabalho pedagógico e as relações estabelecidas com a comunidade. Discutem-se, em última análise, estratégias praticadas no conjunto da reforma da instrução pública capixaba, em meio às relações de força que tensionavam a cena política, social, econômica e cultural no final dos anos 1920.

Palavras-Chave: rádio-escola, educação pelo cinema, escola ativa, Espírito Santo

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada durante o X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ocorrido entre os dias 25 e 28 de agosto de 2014, em Curitiba-PR.

^{*} Doutora em Educação; professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe). E-mail: rosiannyb@gmail.com

^{**} Doutora em Educação; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); coordenadora do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe). E-mail: reginahe@terra.com.br

School radio and cinema as factors in pedagogical innovation at the schools in the State of Espírito Santo, Brazil (1928-1930)

Rosianny Campos Berto
Regina Helena Silva Simões

Abstract: Current paper focuses on the school radio and cinema as elements of pedagogical innovation and cultural integration with regard to progressive education in the Brazilian state of *Espírito Santo* (1928-1930). The non-materiality of the pedagogical use of the radio is detected. Although widely announced, it never reached the schools. Further, the materiality of school cinematographic experiences, evoking innovation and cultural integration, somehow reached teachers' training, pedagogical work and relations established with the community. The two factors evoke strategies practiced in the public instruction reform in Espírito Santo within the relationship of forces that tensioned the political, social, economic and cultural scene in the 1920s.

Keywords: school radio, school cinema, active school, State of *Espírito Santo*, Brazil

Radio y cine escolar como elementos de innovación pedagógica en la escuela activa capixaba (1928-1930)

Rosianny Campos Berto
Regina Helena Silva Simões

Resumen: En este artículo se enfoca la radio y el cine escolares como elementos de innovación pedagógica e integración cultural proyectados en la reforma *escolanovista* en el Estado de *Espírito Santo* (1928-1930). La investigación abarca tanto la inmaterialidad del uso pedagógico de la radio que, a pesar de ampliamente anunciado, no llegó a las escuelas, como la materialidad de experiencias cinematográficas escolares, en la medida en que ambas evocan innovaciones educativas que, de algún modo, cruzaron la formación docente, el trabajo pedagógico y las relaciones establecidas con la comunidad. Se discuten, en último análisis, estrategias practicadas en el conjunto de la reforma de la educación pública capixaba, en medio de las relaciones de fuerza que tensaban en la escena política, social, económica y cultural a fines de 1920.

Palabras Clave: radio-escuela, educación por el cine, escuela activa, *Espírito Santo*

Introdução

Como suscitar o interesse dos alunos nas escolas? De que modo incorporar inovações técnicas, científicas e pedagógicas aos programas e currículos escolares? Se, ainda hoje, essas perguntas soam desafiadoras, não terá sido por falta de tentativas de reformadores mais ou menos visionários que, nas primeiras décadas do século XX, no conjunto do movimento escolanovista articulado em diferentes estados brasileiros, formularam propostas de reforma da instrução pública. Sob a inspiração de experiências estadunidenses e europeias, eles defendiam a utilização do cinema e do rádio como ferramentas educativas.

No estado do Espírito Santo, o ideário escolanovista circulou intensamente entre 1928 e 1930. Nesse momento, a Secretaria da Instrução Pública – leia-se Attilio Vivacqua, assessorado por Sezefredo Garcia de Rezende e por Pedro Deodato de Moraes, que compunham a equipe de governo de Aristeu Borges de Aguiar, presidente do estado, deposto pela Revolução de 1930 –² incumbiu-se da reformulação do ensino capixaba, segundo as orientações da escola ativa, e apresentou também a possibilidade de utilização do rádio e do cinema para fins pedagógicos.

Na reforma capixaba, cujos centros irradiadores foram o Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP) e a *Escola Activa de Ensaio (EAE)* – ambos destinados à formação de professores, dirigidos por Deodato de Moraes e sediados no prédio do Grupo Escolar Gomes Cardim – coube ao Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC),³ a “[...] coordenação e irradiação da cultura” (Rezende, 1930, p. 31). Propunha-se

² Attilio Vivacqua (1894-1961) nasceu no interior do estado do Espírito Santo. Formou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e, de volta ao Espírito Santo, atuou como jornalista, advogado e político. Sezefredo Garcia de Rezende (1897-1978) nasceu em Lage de Muriaé, no estado do Rio de Janeiro. Mudou-se para o Espírito Santo em 1918, onde atuou como professor e jornalista, além de se tornar assessor de Attilio Vivacqua na Secretaria de Instrução. Tinha vinculação com o movimento modernista. Deodato de Moraes (1885-?), por sua vez, foi um professor paulista ligado às ideias escolanovistas que circulavam amplamente entre a intelectualidade brasileira. Atuou também como membro da Associação Brasileira de Educação (ABE) e como superintendente de ensino no Rio de Janeiro/Distrito Federal.

³ Instituído pela Secretaria da Instrução do Espírito Santo sob a direção de Garcia de Rezende, o SCEC foi inspirado no Serviço de Cooperação Cultural criado em 1920 pela Liga das Nações.

o uso do rádio, do cinema, do museu, do jornal escolar e das bibliotecas rotativas⁴ como elementos de inovação pedagógica e integração cultural.

No entanto, o projeto de utilização do rádio como ferramenta educativa não chegou a se concretizar na escola ativa capixaba. Segundo Gilioli (2008, p. 65), no Brasil, “[...] as propostas de radioeducação surgiram, não por coincidência, em um mesmo círculo intelectual: no Rio de Janeiro entre Roquette-Pinto⁵ e seus colaboradores, no Espírito Santo com Garcia de Rezende e Attilio Vivacqua”. A análise desse autor conduz-nos aos enredamentos que influenciaram Vivacqua e Rezende a agregar o rádio como fator pedagógico no processo de implantação da escola ativa no Espírito Santo.

Em São Paulo, a ideia da radioeducação circulava, por exemplo, entre os Gomes Cardim, com os quais Attilio e Garcia de Rezende achavam-se conectados, uma vez que Paulo Gomes Cardim viera ao Espírito Santo, por indicação de seu pai⁶, para auxiliar no processo de reforma da instrução entre 1928 e 1930. Soares (1998) menciona reuniões mensais de Paulo Cardim com os reformadores capixabas. Além disso, o próprio Carlos Gomes Cardim retornou ao Espírito Santo em 1929 para orientar o ensino de música nas escolas.

Fontes relacionadas com a reforma educacional aqui tratada registram o projeto de utilização do rádio “[...] como elemento didático de informação e de aproximação, a serviço da unidade nacional” (Vivacqua, 1929, p. 12), expressando a intenção de, pelo rádio, por meio de músicas, cursos, lições e conferências, conectar diariamente as escolas com a capital, com o país e com o mundo, de modo a levar ao interior do estado informações e conhecimentos emanados de centros mais avançados.

⁴ Referimo-nos ao ‘Resumo Escolar’, jornal produzido para circular nas escolas do estado com a finalidade de ensinar às crianças a ‘época atual’ e que circulou entre os meses de abril e setembro de 1929, e também às bibliotecas circulantes, que correspondiam a caixas de livros enviadas às escolas do interior com a finalidade de serem emprestados a estudantes e suas famílias.

⁵ Em Roquette-Pinto, a radio escola, inserida no debate da ABE, expressava um projeto nacional da intelectualidade mobilizado pela temática do analfabetismo. O rádio atuaria na necessidade de formar de modo rápido e eficiente não somente os alunos nas escolas, mas também suas famílias, às quais os novos ideais deveriam, também, atingir.

⁶ Carlos Gomes Cardim liderou, em 1908, a reforma da instrução realizada durante o Governo de Jerônimo Monteiro.

No entanto, não encontramos, por mais que procurássemos, indícios da materialidade da sua presença em ambientes escolares capixabas.

Por exemplo, ao contrário do que ocorre com relação ao cinema, não há evidências da aquisição de aparelhos radiofônicos, condição mínima para o desenvolvimento da radio escola, e do aparelhamento das instituições escolares com estações e receptores. Tanto é assim que, logo no início da década de 1930, o próprio secretário anunciava a existência de propostas para a compra de material e equipamentos radiofônicos, mas afirmava que a concretização do projeto da radio escola dependeria ainda de estudos (Vivacqua, 1930a).

Para esta pesquisa, cujo objeto é a utilização do rádio e do cinema como elementos de inovação pedagógica e de integração cultural na escola ativa capixaba, interessam-nos tanto a imaterialidade da radio escola como a materialidade de experiências com o cinema escolar indicadas nas fontes consultadas⁷. Assim, podemos analisar, também pelas ausências, a experiência da escola ativa no Espírito Santo.

Entendemos que tanto os indícios da materialidade do cinema escolar quanto os da imaterialidade da radio escola evocam elementos da inovação pedagógica e da integração cultural que, de algum modo, atravessaram o processo de formação de professores articulado a partir do CSCP e da EAE, o trabalho desenvolvido em escolas capixabas e as relações estabelecidas com a comunidade. Evocam, em última análise, estratégias praticadas (Certeau, 2004) no conjunto da reforma da instrução pública no Espírito Santo, em meio às relações de força (Ginzburg, 2002) que tensionavam a cena política, social, econômica e cultural capixaba ao final da década de 1920.

Investigamos, portanto, o cinema e o rádio nos processos de instituição da escola ativa capixaba, com o objetivo de compreender os usos locais desses dois elementos de inovação pedagógica.

⁷ Utilizamos como fontes relatórios da Secretaria de Instrução, matérias publicadas em jornais e revistas do Espírito Santo ('Diário da Manhã' e 'A Gazeta', a revista 'Vida Capixaba') e do Rio de Janeiro ('Diário de Notícias'), mensagens de governo, ofícios referentes à aquisição de aparelhos pela Secretaria e relatórios de inspeção e fotografias.

Rádio e cinema escolares como elementos de integração cultural e de inovação pedagógica

De acordo com Garcia de Rezende (1930), o SCEC teria como objetivo propagar intensamente a cultura, promovendo as seguintes atividades: cooperação intelectual; colaboração entre professores, alunos e entidades científicas, artísticas e educativas; intercâmbios e visitas envolvendo docentes brasileiros e estrangeiros; exame das condições e orientações do trabalho intelectual dentro e fora do Brasil; publicações sobre a educação orientadas pela Secretaria de Instrução Pública; documentação de notícias e dados interessantes sobre o movimento cultural no País e no exterior, tendo em vista o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino (especialmente, reformas, experiências, congressos e ensaios); resenhas de obras úteis à cultura do magistério; organização da coleção da legislação escolar; organização bibliotecária das escolas.

Pelos objetivos traçados para a difusão cultural, tanto o uso do rádio quanto o do cinema aparecem como elementos importantes. O rádio, cujo potencial prometia atender a necessidades identificadas localmente, tendo em vista o isolamento de regiões interioranas do Espírito Santo⁸, esbarrava especialmente no alto custo de instalação dos meios para transmissão. Ao que tudo indica, o uso do cinema, ainda que também dispendioso, beneficiou-se da possibilidade de operação nucleada em torno de projetores estrategicamente distribuídos. De todo modo, o fato de se ter privilegiado o cinema sugere dois efeitos a ser considerados: na ausência do meio radiofônico, limitava-se o raio de recepção e restringia-se a dinâmica da transmissão direta de programações localmente produzidas; o meio cinematográfico remetia à utilização de filmes educativos que transmitiam, em forma de atualização, informações e conhecimentos geralmente distanciados da dinâmica da vida local. Falava-se, portanto, de um outro lugar identificado com o desenvolvimento e o progresso a ser alcançado.

Dessa maneira, em outubro de 1928, em uma das primeiras referências da imprensa governista do estado ao papel do cinema educativo na reforma da instrução pública capixaba, mencionava-se o

⁸ O estado do Espírito Santo era majoritariamente agrário e sobrevivia da produção cafeeira. Uma análise da situação política e econômica no período pode ser encontrada em Wanick (2007).

sucesso atingido nos Estados Unidos. Ressaltava-se que, naquele país, o cinema constituía um dos principais veículos de propaganda da cultura norte-americana no mundo. Afirmava-se que, no campo da educação, o cinema produzia enormes e proveitosos resultados nos Estados Unidos e em iniciativas isoladas em andamento no Brasil (O cinema..., 1928). Com base nesse argumento, cogitava-se fomentar a produção de filmes escolares baseados na História e na Geografia estaduais e na História do Brasil, contribuindo, desse modo, para a formação do ‘homem contemporâneo’.

No começo de 1929, após adquirir os primeiros aparelhos cinematográficos para escolas situadas em Vitória, capital, e no município de Cachoeiro de Itapemirim, o secretário Attilio Vivacqua enfatizava, em entrevista ao ‘Diário da Manhã’, a importância do cinema como um dos principais elementos, porque moderno, a ser empregados no desenvolvimento da escola ativa.

O cinema que ampliou tão infinitamente a nossa capacidade de compreensão do mundo, fornecendo-nos uma impressão visual de todos os seus variadíssimos aspectos geográficos, e alterando tão profundamente as bases da nossa mentalidade, desempenhará, na escola, um papel de excepcional importância (Vivacqua, 1929, p. 10).

A ideia, portanto, seria acrescentar elementos novos ao ensino de Geografia, de História e de Ciências Naturais e Físicas, de modo a tornar acessível “[...] aos mais distantes rincões sertanejos” (Vivacqua, 1929, p. 10) o que de mais avançado existia no campo da ciência. Em outras palavras, para Vivacqua (1929, p. 10-11), a socialização de avanços científicos constituía a “[...] mais complexa função [do cinema escolar] como instrumento didático, pois não nos é dado, mais, ignorar a influência preponderante exercida pela ciência em todas as modalidades da actual civilização”.

Considerando os argumentos formulados pelo reformador capixaba em defesa do cinema escolar como instrumento didático para a disseminação dos avanços atingidos no campo da técnica e da ciência em sociedades mais desenvolvidas, a referência à possibilidade de se atender a regiões interioranas remete-nos ao momento vivido no Espírito Santo ao

final da década de 1920. Nesse momento, um grupo de jovens políticos⁹ tinha assumido o governo empunhando a bandeira da modernização em contraste com a herança coronelista de tradição agrária, da qual o próprio Attilio Vivacqua era um dos herdeiros.¹⁰ Do ponto de vista da unidade nacional, pensava-se o cinema como elemento propício à integração da cultura brasileira, conforme as ideias cívico-nacionalistas que circulavam naquele período¹¹ traduzidas em estratégias de controle social (Carvalho, 1998).

Na dimensão didático-pedagógica, em contraposição ao ensino puramente livresco, Vivacqua defendia formas mais dinâmicas de se aprender. Para ele, a força das imagens seria uma aliada indispensável para fazer chegar aos estudantes, por meio do intelecto e, também, da emoção, os valores associados à formação cívica. Nesse sentido, argumentava:

Em films escolares inteligentemente organizados, com sabedoria e ternura, o cinema fornecerá, ainda, ao menino, novellas heroicas, romances patrióticos desenrolados em torno duma atmospheria digna de probidade, de honradez e de nobreza, substituindo, assim, na verdade palpitante de suas imagens, reaes e objectivas, os livros de leitura (Vivacqua, 1929, p. 11).

No ensino de História, por exemplo, Vivacqua identificava um terreno propício à propagação do culto aos heróis, dos valores por eles representados e à fertilidade da imaginação das crianças que seria impulsionada por imagens e narrativas cinematográficas. Por conseguinte, atribuía ao recurso cinematográfico

⁹ Aristeu (1892-1951) foi professor, diretor do Ginásio do Espírito Santo e presidente do estado.

¹⁰ Attilio Vivacqua pertencia a uma poderosa oligarquia do estado. Nasceu em uma família abastada de imigrantes italianos que vieram para o Brasil antes da imigração em massa e se instalaram no Espírito Santo do Rio Pardo, hoje Muniz Freire. Tornaram-se proprietários de terra (produtores de café) e comerciantes, como era o caso do pai de Attilio.

¹¹ No programa do CSCP, por exemplo, a noção de brasilidade aparece em temáticas a ser apreendidas pelos professores e inspetores formados sob os preceitos escolanovistas. Entre elas, destacam-se: 'A escola activa e o sentimento de brasilidade', 'O desenho e a musica como fundamento do espirito de brasilidade' e 'Sentimentos de brasilidade'.

[...] ‘superioridade sobre os demais processos didacticos’, porque anima o passado, movimentando acontecimentos e agitando heróis, numa impressionante ressurreição de personagens e factos, que a ‘imaginação infantil’ não pode reconstruir com os processos pedagogicos tradicionaes (Vivacqua, 1930a, p. 33, grifo nosso).

Os documentos inicialmente encontrados acerca da aquisição de equipamentos destinados ao uso escolar¹² registravam aparelhos a ser instalados em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim. A documentação indicava também a encomenda de aparelhos portáteis que cumpririam função itinerante e serviriam para exibição em escolas do interior do estado. Esperava-se que, em breve, funcionando regularmente, esse aparato técnico possibilitasse a exibição de “[...] films naturaes do Estado e outros mais que a Secretaria da Instrucção vae adquirir” (Vivacqua, 1929, p. 11).

Considerando as possibilidades da “[...] utilização do cinema como agente superior do ensino” (Vivacqua, 1929, p. 12), o secretário projetava, como medida de “[...] alto alcance para a instrucção publica brasileira um accordo entre os governos federal e estaduaes para a confecção e permuta de films escolares” (Vivacqua, 1930a, p. 32-33).

Explicações mais elaboradas encontram-se expostas no relatório de 1929, relativo à primeira fase do trabalho da Secretaria de Instrução. Nele, o reformador justificava a utilização do cinema como fator de ensino e fundamentava sua escolha com ideias de matriz europeia e norte-americana, como veremos adiante.

Com base nessas concepções, elogiava o cinema pela velocidade com que poderia transmitir ensinamentos, por sua dinamicidade, pela alegria que o envolvia e pelo fato de a lição comunicada pela imagem visual resultar mais forte e mais duradoura do que a auditiva. Acreditava que, por meio das imagens cinematográficas, as matérias seriam apresentadas de forma atraente, de modo a atender aos princípios da psicologia infantil.

¹² A documentação compõe-se de ofícios de compra de aparelhos cinematográficos. Um deles, de março de 1929, autoriza remessa de aparelho da marca Pathé, vindo do Rio de Janeiro, e prestes a ser instalado por técnico enviado pela empresa.

A projecção animada e a projecção fixa são, hoje, ‘dois valiosos meios pedagogicos’, sobretudo, a primeira, dos quaes não pode ficar privada uma instituição escolar em nossos dias. A tela cinematographica, que os olhos avidos de curiosidade do homem moderno buscam, em toda parte e a todo instante, recebendo ensinamentos e impressões, ora boas, ora más, ‘a pedagogia transportou-a das casas mundanas de diversões para as escolas’, collocando-a deante das novas gerações, como ‘um quadro synthetico, animado, alegre e veloz’, dos infinitos aspectos, desde os mais simples aos mais complexos, da sciencia, das artes, da industria, emfim da vida, da sociedade e da natureza (Vivacqua, 1930a, p. 29, grifo nosso).

Acompanhava, dessa maneira, mudanças associadas à modernidade. Segundo Gilioli (2008), as primeiras experiências com o cinema nas escolas aconteceram nos Estados Unidos da América, na virada do século XIX para o XX, e ganharam impulso nos anos 1910. No entanto, o cinema mudo teria chegado às escolas dos distritos norte-americanos com maior população e melhores recursos financeiros, mas os índices de utilização eram, em geral, baixos.

Defensores do cinema educativo desenvolveram pesquisas, as quais eram mencionadas por Vivacqua em relatórios e entrevistas para sustentar cientificamente a relevância da utilização do cinema no ensino capixaba. Ele citava estudos realizados no exterior, referia-se a usos pedagógicos bem-sucedidos do cinema em grandes universidades e escolas do mundo, a exemplo dos Estados Unidos e ressaltava:

Tendo sido examinados, em doze cidades daquelle paiz, sob a direcção do dr. Ben D. Wood, da Universidade de Columbia, e dr. Frank N. Freeman, da Universidade de Chicago, 5.500 alumnos ensinados pelo systema cinematographico e igual numero, ao tempo, ensinado pelos methodos communs, mostraram os primeiros no exame final, dito de ‘comprehensão’, uma superioridade, em ‘conhecimentos geraes’, de 111, 8% e, em geographia, de 115, 6%. Temos, portanto, experiencia decisiva, a qual o espirito pratico do americano apreciou tambem sob o ponto de vista da economia e rapidez da instrucção (Vivacqua, 1930a, p. 29-30, grifo do autor).

Como podemos observar, a economia do tempo e a eficiência do ensino ganham destaque na defesa do uso do cinema nas escolas. Velocidade e rapidez também são termos utilizados, articulando-se o ensino ativo com a dinamicidade, o trabalho e, por associação, a economia: o ensino mais rápido, no mais curto tempo.

A ênfase à economia de tempo na escola remete-nos a Adolphe Ferrière (1929, 1934), que, em pelo menos duas obras traduzidas para o português – *A lei biogenética e a escola activa* e *A escola activa* –, associava esse princípio, como queria Vivacqua, ao trabalho: “[...] maior rendimento com esforço mínimo” (Vivacqua, 1930a, p. 31). De acordo com os princípios da produção no âmbito do trabalho, Vivacqua (1930a, p. 31) sustentava que “Entre as aplicações mais interessantes do cinema está a do seu aproveitamento para orientação profissional, de que a escola deve tornar-se um laboratório”.

Vivacqua mencionava também os argumentos apresentados por Edouard Henriot, quando, como ministro da Instrução Pública da França, defendeu no parlamento a importância da utilização do cinema no ensino. Aludia ainda ao Laboratório de Cinematografia Biológica da Escola de Altos Estudos da França e, também, a professores de Berlim e de Viena que

[...] obtiveram interessantes resultados na experiencia de radio-cinematographia do coração. E o mais variado rendimento didactico no mais breve tempo possivel. Um formidavel passo no terreno da economia pedagogica apreciada sob o ponto de vista da menor duração do ensino (Vivacqua, 1930a, p. 31).

De acordo com Gilioli (2008), a compreensão do princípio econômico aplicado ao ensino remete diretamente à eficiência taylorista, com base na qual os meios de comunicação nos Estados Unidos passaram a ser vistos como ferramentas de dinamização dos processos educacionais, capazes de tornar vivos conhecimentos frios. Segundo o autor, “Aos olhos de intelectuais de países como o Brasil, no entanto, ficava o entusiasmo com as novidades e o desejo de aplicá-las como tábua de salvação da educação e de moldagem da massa amorfa para a nacionalidade” (Gilioli, 2008, p. 128). Ao interrogarmos em que medida a generalização expressa por Gilioli pode ser aplicada à análise do uso do cinema como elemento de inovação pedagógica e integração cultural proposto para o Espírito Santo

no período estudado, encontramos indícios tanto do deslumbramento com as novidades pedagógicas quanto do interesse pelo molde cívico (Carvalho, 1998).

Quanto a isso, merece atenção a referência de Vivacqua à criação do Instituto Internacional de Cinematographia Educacional, sediado em Roma, custeado pelo governo italiano e dirigido pela Liga das Nações. Na visão do reformador capixaba, esse instituto sinalizaria

[...] a importancia que os Estados modernos vêm na utilização do cinema, como elemento de educação escolar e de cooperação e extensão cultural entre os povos, pois, como disse Mussolini, em seu discurso inaugurativo do Instituto, na Villa Folamieri, em 5 de novembro de 1928, o cinema, falando uma lingua universal, é superior ao livro e ao jornal (Vivacqua, 1930a, p. 31).

O uso do cinema como elemento de extensão cultural compunha o leque de interesses da reforma pensada para o Espírito Santo. O SCEC foi a expressão local desse interesse. É importante observar que “A primeira metade do século XX foi marcada pela ascensão e consolidação dos regimes que utilizaram os meios de comunicação de massas como instrumentos de propaganda política e de controle da opinião pública” (Pereira, 2003, p. 102), a exemplo do fascismo. No contexto italiano, como se sabe, o cinema tinha a função de propagandear e fortalecer o regime político em vigor, revelando-se fundamental como instrumento de convencimento das massas. No Espírito Santo, onde um governo composto por jovens políticos se dizia portador de um projeto de modernização, é possível que a força do cinema como instrumento de propaganda, aliada aos apelos de inovação pedagógica e integração cultural, tenha atraído os responsáveis pelos projetos de governo na área educacional.

Entendemos que esse projeto esbarrava fatalmente na realidade da vida econômica, social, cultural e política capixaba, uma vez que, naquele momento, o estado do Espírito Santo carecia de recursos financeiros e de condições materiais para a sustentação de um projeto ambicioso, seja por seu custo seja também pelos desdobramentos que representava para a sociedade local. Em outras palavras, o discurso da modernidade, utilizado para justificar a reforma do ensino como base para mudanças sociais, contrapunha-se à tradição agrária e aos modos coronelistas da política local.

De todo modo, aquilo que Attilio Vivacqua anunciava como ferramenta educativa ainda ‘inaplicada’ no Brasil já estava em discussão em outros estados brasileiros, nos quais as reformas escolanovistas estavam em processo. Os estudos de Paulilo (2001, 2007) sobre o Distrito Federal¹³ e o de Santos (2005) sobre São Paulo no final dos anos 1920, por exemplo, apontam que, nesse período, o uso do cinema educativo estava em curso nesses estados. Mais tarde, no começo dos anos 1930, o mesmo ocorreria em Minas Gerais (Barros, 2009; Souza, 2006) e em diversos outros estados, sempre dentro dos limites orçamentários de cada um deles, já que a tecnologia cinematográfica tinha alto custo.

Em suma, cruzando documentos e estudos sobre o movimento da Escola Nova no Brasil, indiciamos redes – claras ou veladas – tecidas por Vivacqua e Garcia de Rezende, assim como empréstimos que compunham os elementos tidos como novos ou mesmo inéditos na reforma do ensino levada a efeito no Espírito Santo. Em outras palavras, a experiência capixaba conectava-se com experiências e ideias produzidas nacional e internacionalmente.

A materialidade do cinema escolar no Espírito Santo: explorando indícios

Do relatório de Vivacqua, extraímos a fotografia (Foto 1) em que um aluno da Escola Activa Brasileira de Victória¹⁴ manuseia o cinematógrafo na filmoteca daquela instituição. Essa imagem pode ser tomada como um dos indícios da execução do projeto do cinema escolar; no entanto, como essa escola era o centro irradiador das ideias da escola ativa no estado e funcionava como modelo, uma questão se impõe: que lugar teve o cinema na reforma escolanovista da instrução pública capixaba?

¹³ No Brasil, o cinema começou a ser pensado como ferramenta educativa por Canuto Mendes de Almeida que, em 1931, escreveu *Cinema contra cinema: bases gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil* (Gilioli, 2008). O debate sobre o uso das modernas tecnologias com finalidades educativas ganhou projeção em meados dos anos 1920 e se acentuou em 1927, com a criação da Comissão de Cinema Educativo no Distrito Federal.

¹⁴ Nome recebido pela Escola Activa de Ensaio após a realização do Curso Superior de Cultura Pedagógica.



Foto 1. A 'Filmotheca' da Escola Activa Brasileira de Vitoria.

Fonte: Vivacqua (1930a).

Ainda que os relatórios do secretário da Instrução Pública registrem planos e projetos, são poucos os indícios da materialidade do cinema educativo no Espírito Santo. Um deles é encontrado no ofício emitido por Edmundo de Leers (Foto 2) autorizando a remessa de aparelho cinematográfico à Secretaria de Instrução Pública.

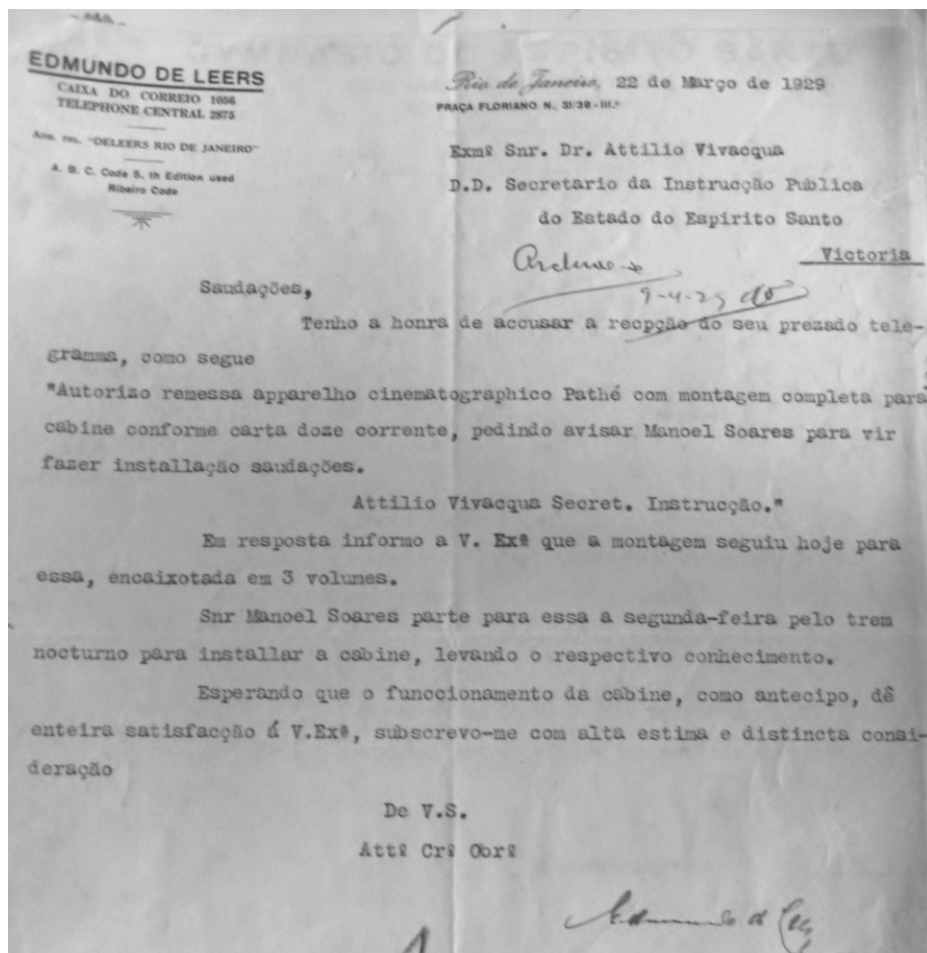


Foto 2. Remessa de aparelho cinematográfico à Secretaria de Instrução Pública.

Fonte: O autor.

Podemos dizer também que a inserção do cinema na proposta de implantação da escola ativa no estado do Espírito Santo foi planejada cuidadosamente, começando com a criação da filmoteca da Secretaria da Instrução. Ali eram centralizados os serviços de seleção, preparação, armazenamento, catalogação e permuta dos filmes pedagógicos, além da conservação e do manejo dos aparelhos cinematográficos e epidiascópicos. No relatório de 1929, consta a quantidade e os tipos de filmes que estavam em processo de aquisição, todos com finalidades instrutivas.

Previam-se que, em breve, a filмотeca dispusesse de aproximadamente dez mil metros de películas, de forma a atender ao maior número possível de alunos. No relatório constam também informações sobre a presença de instalações cinematográficas nas principais instituições escolares da Capital: no Grupo Escolar Gomes Cardim e a Escola Normal Pedro II, instituições que sediavam cursos de formação de professores. No CSCP/EAE, localizado no Grupo Escolar Gomes Cardim, formavam-se os “[...] vanguardeiros das idéas e praticas da pedagogia activa” (Vivacqua, 1930b, p. 3), e na Escola Normal, ocorria a formação para o magistério.

Desse modo, no que se refere à formação docente, Vivacqua (1930a, p. 33) enfatizava: “A pedagogia cinematographica surgiu definitivamente no systema educacional de nossos dias. Os professores e inspectores deverão preparar-se para pratical-a. Esta preparação, já iniciamos”. Referia-se especialmente, naquele momento, ao CSCP, responsável pela formação da primeira (e única) turma de inspetores e professores destinados a propagar no Espírito Santo as orientações da escola ativa.

O programa do CSCP era composto de aulas teóricas, práticas e técnicas. As aulas teóricas aconteciam em conferências públicas e tomavam como base documentação de cunho científico, organizada em forma de gráficos, diagramas, esquemas e também de projeções cinematográficas. Nesse caso, o curso incluía não só projeções cinematográficas, mas também o aprendizado do manuseio da máquina projetora e da importância do cinema educativo¹⁵.

Além dos aparelhos cinematográficos instalados na EAE e na Escola Normal, dois epidiascópios atendiam à Escola Normal e ao Ginásio do Espírito Santo. Alguns aparelhos portáteis haviam sido encomendados para uso dos inspetores escolares em viagens pelas escolas do interior. Esse era, portanto, o modo de fazer o cinema chegar às escolas menores e mais distantes. Destacamos, ainda, a iniciativa da Câmara Municipal de Alfredo Chaves, na qual se realizava, semanalmente, uma sessão cinematográfica gratuita destinada aos alunos das escolas daquele município.

¹⁵ Um dos itens do Programa do CSCP incluía o cinema como elemento fundamental da escola ativa, da seguinte maneira: “Publicações escolares – Bibliothecas – Iconothecas – Filmothecas – Leitura para creanças – Clubs de leitura – Associação protectora do cinema educativo” (Vivacqua, 1930a, p. 9).

Outro conjunto de documentos nos auxiliou a indiciar a materialidade do cinema em escolas capixabas: os relatórios dos inspetores escolares que circulavam pelo interior, registrando atividades relacionadas com o cinema escolar. Nesse caso, devemos considerar as lacunas entre aquilo que chegava às escolas, especialmente por meio dos inspetores escolares, e os usos¹⁶ que professores e alunos faziam dos ensinamentos e dos materiais recebidos. Devemos também ter em conta que alguns desses mesmos inspetores¹⁷ frequentavam o CSCP e, portanto, atuavam como disseminadores das ideias escolanovistas.

É preciso considerar, ainda, que levar o cinema, assim como outras inovações pedagógicas até as escolas não era tarefa fácil. Primeiro, porque havia no estado cerca de 800 professores a ser preparados conforme as novas orientações pedagógicas; segundo, porque uma reforma dos princípios educacionais requeria alto investimento no que se refere ao tempo de formação e ao aparelhamento das unidades escolares.

Com isso, o cinema chegava lentamente às escolas. Alguns sinais apontam a aproximação da escola com a comunidade e uma forma de colaborar com as escolas e ajudar as crianças mais carentes, já que os lucros obtidos por meio das exibições cinematográficas revertiam para a compra de itens (Foto 3) das necessidades pessoais e escolares dessas crianças (Costa, 1929).

¹⁶ Sobre esses usos, Certeau (2004, p. 95) afirma: “Seja como for, o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila: entre eles (que deles se serve) e esses produtos (indícios da ‘ordem’ que lhe é imposta), existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles”.

¹⁷ Entre eles, Claudionor Ribeiro, Luiz Edmundo Malisek e Alfredo Lemos, cujos relatórios datam de abril e maio de 1929.

~~R.:~~ 708000.

Recebi do Sr. Inspector Escolar Aristides Costa a quantia a cima de setenta mil réis, proveniente do liquido da secção cinematographica em que foram exhibidos admiraveis e instructivos films de propriedade da Secretaria da Instrução e em beneficio das crianças pobres matriculadas nas escolas publicas estaduais em funcção nesta localidade. Outrosim, a importancia já alludida foi distribuida com critério, repartida igualmente, em material escolar indispensavel ás classes, com os orphãos reconhecidamente pobres por não existir caixa escolar aqui.

Para clareza e fins de direito, firmo o presente.

Vila de Chapemirim,
Amenio

Outubro de 1929.
Lebaut.



Foto 3. Prestação de contas por exibição cinematográfica.

Fonte: O autor.

O cinema educativo aparece também como uma atividade do Círculo de Pais e Professores do Município de Mimoso (D'almeida, 1929) e como 'exercícios de escola ativa' realizados na região de São Pedro de

Itabapoana pelo inspetor Archimimo Gonçalves. Segundo esse inspetor, nessas demonstrações eram colocados em prática os preceitos da ‘escola activa’ adotados pela Secretaria da Instrução. A renovação educacional nessas escolas dava-se “[...] ora com aulas práticas e demonstrações cinematographicas, ora com festas civico-escolares” (Gonçalves, 1929). Apesar disso, mesmo admitindo a possibilidade dos ‘exercícios de escola activa’, Gonçalves reconhecia que o cinema como meio concreto para a instrução ainda não havia se efetivado.

Relatos como esses parecem não ter arrefecido o ânimo de Vivacqua (1930a, p. 33). Em sua avaliação “A introdução desses novos elementos didacticos [...] [fora] recebida com o maior interesse, não só nos meios escolares, como fôra delles”. O otimismo do secretário repercutia positivamente na imprensa local, especialmente no jornal governista, e também fora do estado. O ‘Correio Paulistano’, por exemplo, tecia elogios a Vivacqua – descrito como um dos mais altos expoentes da intelectualidade capixaba – e à reforma do ensino realizada no Espírito Santo. Reorganizando o ensino com base em métodos paulistas, esse estado era apresentado nesse jornal como um dos vanguardeiros da obra da alfabetização brasileira.

A reforma do ensino creou a escola activa, introduziu o cinema como elemento de ensino e colloca definitivamente o Espirito Santo em um dos primeiros logares entre as unidades federadas que mais trabalham pela causa da instrução. Ali se está intensamente praticando o que de mais moderno existe em materia de pedagogia (Os Progressos..., 1929, p. 5).

Na ‘Pagina de Educação’, o ‘Diário de Notícias’ do Rio de Janeiro conferia lugar de destaque aos acontecimentos relativos à instrução capixaba, nomeando-os de ‘Reforma Vivacqua’. Nas mais de 30 matérias localizadas, eram focalizados diversos elementos da reforma, dentre os quais destacamos o Serviço de Cooperação e Extensão Cultural, em cujo interior situavam-se as bibliotecas circulantes, ‘o cinema educativo’, o escotismo e a educação artística pela música. Nessas matérias, o rádio foi apenas superficialmente mencionado.

Em uma das matérias dedicadas especialmente ao cinema educativo no estado do Espírito Santo – *Cinema educativo: como foi compreendido e applicado pela reforma de ensino espirito-santense*, de 1930 –, foi abordada a importância do cinema. Especificando-se que a coleção da

filмотeca da Secretaria da Instrução contava com filmes sobre orientação profissional, educação higiênica, História e Geografia, apontava-se para interesses bastante visíveis no projeto da reforma capixaba: a preparação do futuro trabalhador, o controle higienista travestido de curiosidade científica e ideais de civilidade e civismo acalentados pelas luzes sedutoras da projeção cinematográfica.

Considerações finais

Em sua dimensão didático-pedagógica, a utilização do rádio e do cinema como ferramentas educativas na reforma do ensino no Espírito Santo era justificada pelos seguintes pontos destacados pelos reformadores: a) o interesse discente e a imaginação infantil, ambos associados à riqueza proporcionada pelas imagens; b) a eficiência e a eficácia na utilização do tempo escolar, traduzidas no máximo rendimento com mínimo esforço; c) a ampliação e o enriquecimento do universo de conhecimentos e informações veiculadas nas escolas; d) a multiplicação desses conhecimentos e informações em escolas situadas na capital e em regiões interioranas; e) o enriquecimento da formação e de práticas de professores que seriam contemplados pelos benefícios do cinema em seus usos, tanto na formação docente como na discente.

Na dimensão político-pedagógica, destacamos o uso do rádio e do cinema como elementos de integração cultural e também de mudança social, especialmente tendo em vista que a formação do ‘homem contemporâneo’ seria definida pela conectividade com os avanços da técnica e da ciência. As falas de Vivacqua a respeito do ensino de História projetam também que o ideário cívico expresso no culto aos heróis poderia ser aditivado por emoções provocadas pela experiência cinematográfica.

Por entre essas dimensões, desenham-se possibilidades de controle social, as quais não podem ser descoladas da ardorosa defesa do rádio e do cinema escolares e de seus aparentemente infindáveis benefícios pedagógicos no sentido da formação do ‘homem novo’, ou ‘homem contemporâneo’, dentro do molde cívico e ordenado pelo progresso. Delineia-se também o deslumbramento com a novidade e com o moderno: o cinematógrafo parece guardar a mágica da atualização de informações e de conhecimentos, tendo em vista a dinamicidade e a rápida mudança do mundo.

É possível que essa ênfase ao moderno e à formação do homem contemporâneo – estreitamente vinculada aos usos educativos do cinema e do rádio – tenha sido considerada um grande trunfo nas mãos de um

governo formado por um grupo de jovens políticos que ascendeu ao poder no Espírito Santo ao final da década de 1920. Além disso, já pontuamos que interesses de cunho modernizador colidiam, facilmente, com a forte tradição coronelista do estado, assentada na economia de vocação predominantemente agrária, na contramão, portanto, desse ideário modernizador no campo da educação. A deposição do governador Aristeu Aguiar (1928-1930) pela Revolução de 1930, de algum modo respondeu a esse impasse, interrompendo o curso da reforma escolanovista no Espírito Santo.

Referências

- Barros, V. T. M. (2009). *A renovação educacional sob as bênçãos católicas: um estudo sobre a aliança Estado/Igreja em Minas Gerais (anos 1920-1930)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Carvalho, M. M. C. (1998). *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: Edusf.
- Certeau, M. (2004). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer* (10a. ed.). Petrópolis/RJ: Vozes.
- Costa, A. (1929, 3 de dezembro). *Relatorio de inspeção das escolas de Anchieta e Marathayses*. Vitoria, ES.
- D'Almeida, A. (1929, 12 de dezembro). *Relatorio de inspeção das escolas de Mimoso e Ponte do Itabapoana*. Vitoria, ES.
- Ferrière, A. (1934). *A escola activa*. Porto, RS: Editora Educação Nacional.
- Ferrière, A. (1929). *A lei biogenética e a escola activa* (Coleção Biblioteca de Educação, Vol. IX). São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos.
- Gilioli, R. S. P. (2008). *Educação e cultura no radio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ginzburg, C. (2002). *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Gonçalves, A. (1929, 1 de junho). *Relatorio de inspeção da 9ª zona, São Pedro do Itabapoana e Ponte do Itabapoana*. Vitória, ES.

O cinema nas escolas. (1928, 21 de outubro). *Diario da Manhã*, p. 1.

OS PROGRESSOS do ensino no Espírito Santo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 16 maio. 1929.

Paulilo, A. L. (2007). *A estratégia como invenção: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Paulilo, A. L. (2001). *Reforma educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal na década de 1920: tensões, cesuras e conflitos em torno da educação popular* (Dissertação de Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Pereira, W. P. (2003). Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. *História: Questões & Debates*, 38(1), 101-131.

Rezende, G. (1930). *Cooperação e extensão cultural* (Trabalho apresentado como contribuição final para o Curso Superior de Cultura Pedagógica). Vitória, ES: Secretaria de Instrução.

Santos, F. A. (2005). *A escola nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX* (Dissertação de Mestrado em Educação, Política, Sociedade). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Soares, R. V. (1998). *A escola activa antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo, SP: Lei Rubem Braga-Darwin.

Souza, R. C. (2006). “Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”: dispositivos disciplinares em grupos escolares de Belo Horizonte (1925-

1955) (Tese de Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Vivacqua, A. (1930a). *Educação brasileira: directrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo*. Vitoria, ES: Vida Capichaba.

Vivacqua, A. (1930b). Escola ativa brasileira: sua aplicação no Estado do Espírito Santo. *Boletim de Educação*, separata.

Vivacqua, A. (1929). O ensino público no Espírito Santo (Entrevista concedida ao jornal). *Diário da Manhã*.

Wanick, F. C. (2007). *Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positiva unanimidade a expectativas frustradas: a política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória.

Submetido em: 06/09/2015

Aprovado em: 01/04/2016